

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:
3272915620211103163825

Processo 0812475-11.2020.8.23.0010 ☆ - (534 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário
Assunto Principal: 4847 - Seguro
Nível de Sigilo: Público
Selos:

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de:

Ocultar Movimentos:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

☐ Inválidos

☐ Sem Arquivo

☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por:

Sequencial(Intervalo):

Descrição:

☐ Advogado

☐ Advogado NPJ

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

ao

Data do Movimento(Período):

à

69 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 69

500 por pág.

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
<div>[-]</div> 69	03/11/2021 16:38:25	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (14/10/2021)	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
69.1	Arquivo: Petição	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO 2723090IMPUGNACAOAOLAUDOPERICIAL01.pdf	Público
69.2	Arquivo: Anexo - petição	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO 2723090IMPUGNACAOAOLAUDOPERICIALAnexo02.pdf	Público
69.3	Arquivo: Anexo - petição	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO 2723090IMPUGNACAOAOLAUDOPERICIALAnexo03.pdf	Público
69.4	Arquivo: Anexo - petição	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO 2723090IMPUGNACAOAOLAUDOPERICIALAnexo04.pdf	Público
<div>[+]</div> 68	03/11/2021 14:45:47	JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (14/10/2021)	Thiago Amorim Dos Santos Advogado
67	25/10/2021 00:05:46	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de CLAUDEMIR ALVES DE SOUSA) em 25/10/2021 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 63) JUNTADA DE LAUDO (14/10/2021) e ao evento de expedição seq. 64.	SISTEMA CNJ
66	22/10/2021 20:30:44	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 22/10/2021 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 63) JUNTADA DE LAUDO (14/10/2021) e ao evento de expedição seq. 65.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
65	14/10/2021 13:32:02	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 63) JUNTADA DE LAUDO (14/10/2021)	JAILSON MEDEIROS TEIXEIRA Analista Judiciário
64	14/10/2021 13:32:02	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de CLAUDEMIR ALVES DE SOUSA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 63) JUNTADA DE LAUDO (14/10/2021)	JAILSON MEDEIROS TEIXEIRA Analista Judiciário
<div>[+]</div> 63	14/10/2021 13:31:53	JUNTADA DE LAUDO	JAILSON MEDEIROS TEIXEIRA Analista Judiciário
62	27/09/2021 21:31:58	HABILITAÇÃO PROVISÓRIA Perito Oficial: FERNANDO BERNARDO DE OLIVEIRA habilitado até 03/10/2021 (6 dias)	ALDENEIDE NUNES DE SOUSA Analista Judiciária
61	20/09/2021 00:58:14	HABILITAÇÃO PROVISÓRIA Perito Oficial: FERNANDO BERNARDO DE OLIVEIRA habilitado até 26/09/2021 (6 dias)	ALDENEIDE NUNES DE SOUSA Analista Judiciária
60	23/08/2021 11:54:05	LEITURA DE MANDADO REALIZADA MANDADO lido em 23/08/2021 - Referente ao evento de expedição (seq. 57) EXPEDIÇÃO DE MANDADO (12/08/2021 22:51:59). Parte: CLAUDEMIR ALVES DE SOUSA	VALESKA CRISTIANE DE CARVALHO SILVA Analista Judiciário
<div>[+]</div> 59	23/08/2021 11:23:58	RETORNO DE MANDADO Referente ao evento (seq. 57) EXPEDIÇÃO DE MANDADO (12/08/2021 22:51:59). Parte: CLAUDEMIR ALVES DE SOUSA	JOELSON DE ASSIS SALLES Oficial de Justiça
58	17/08/2021 09:37:50	REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE MANDADO Distribuição realizada referente ao Mandado expedido (seq. 57) em 12/08/2021 22:51:59. Tipo: Distribuição Inicial Automática. Oficial de Justiça Designado: JOELSON DE ASSIS SALLES. Parte: CLAUDEMIR ALVES DE SOUSA	Giceane Moraes Da Silva Servidor Central de Mandados



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo n.º 08124751120208230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **CLAUDEMIR ALVES DE SOUSA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DA IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PAGAMENTO INTEGRAL

DO LMI ALÉM DOS R\$ 13.500,00

Cabe ressaltar que não há que se falar em recebimento de indenização, sem atentar-se que o autor já recebeu conforme a Lei 11.945/2009, ou seja, nos casos de invalidez permanente TOTAL a vítima receberá o montante de ATÉ R\$ 13.500,00, não existindo a possibilidade de receber além deste valor alegando novo sinistro e nova lesão, o que levaria a parte autora a beneficiar-se economicamente as expensas da ré e sob o manto do Poder Judiciário, não podendo receber além do limite máximo indenizável.

Cabe ressaltar que o autor já recebeu o valor de **R\$ 21.291,66**, referente a outro sinistro que ocorreu em 18/09/2005, cujo processo tramitou no 4º JEC DA COMARCA DE BOA VISTA/RR de número 01020099125667, conforme documentos anexos.

Comp 001 Banco 001 Agência 1785 DV 8 CI 4 Conta 844.000-2 CZ 8 Série 001 Cheque N.º 309816 C3 5 B R\$ 21.291,66

Pague por este cheque a quantia de **VINTE E UM MIL, DUZENTOS E NOVENTA E UM REAIS E SESENTA E SEIS CENTAVOS***** e centavos

JUIZO DE DIREITO DO 4º JEC DA COMARCA DE BOA VISTA /RR

BANCO DO BRASIL

EMPRES. SEN. DANTAS 00.000.000/4374-90 13-EMPRES. SEN. DANTAS-GS13 SENADOR DANTAS 10/3/30

RIO DE JANEIRO 09 de MARÇO de 2010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT CNPJ 09.248.608/0001-04 CLIENTE BANCARIO DESDE 12/2007

309616/ISA/8902/8/200940345301/01020099125667 4º JUIZADO ESPECIAL CIVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/ RR

00127699 0013096165A 79986400023 09-14200

Sendo assim, não há que se falar em hipótese de condenação devido ao valor indenizatório ultrapassar o valor de R\$ 13.500,00, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 845,75(oitocentos e quarenta e cinco reais e setenta e cinco centavos).

Destarte, requer a Ré que o N. Magistrado respeite o LIMITE MÁXIMO INDENIZÁVEL DE R\$ 13.500,00 tendo em vista que foram devidamente utilizados os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ e que seja julgada improcedente a ação.

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Sendo assim, na hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).

Não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 29 de outubro de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

DIEGO PAULI
858 - OAB/RR

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DO.....JUIZADO
COMARCADE BOA VISTA – RORAIMA.**

CLAUDEMIR ALVES DE SOUSA, brasileiro, solteiro, autônomo, portador do RG nº 118.089 SSP/RR e inscrita no CPF sob o nº 29368413215, residente e domiciliado na Rua Campelo, 248– Bairro Jóquei clube, nesta cidade e com o seguinte Tel. 3626-2277, por seu advogado *in fine* assinado (procuração anexa), vem perante a ilustre presença de Vossa Excelência, propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS
MORAIS**

em face da empresa **BCS SEGUROS**, CNPJ 48.076.897/0001-63, localizada no endereço Rua México, 164 – sala 52- Centro– Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-143, Tel. (21) 2524-4464, fax (21) 2524-6531, tendo em vista as razões de fato e de direito a seguir:

DOS FATOS

O Autor, em **18-09-2005 (sendo enviado a documentação dia 11-09-2008, doc anexo)**, sofreu fratura na clavícula e em ombro direito, com sangramento no pulmão, ocasionando calo ósseo em clavícula esquerda, limitação em movimentos de membro superior direito. Debilidade permanente de função de membro superior direito, conforme laudo do IML e do médico especialista (docs. Anexo). A invalidez, debilidade permanente, foi produzida em decorrência das seqüelas ocasionadas em virtude de acidente de trânsito, no município de Boa Vista, Roraima (docs. anexos).

Desta forma, o Autor apresentou toda a documentação necessária para o recebimento da indenização referente ao seguro obrigatório (DPVAT) nesta cidade, cujo valor devido era de R\$ 18.600,00 (dezoito mil e seiscentos reais), pois a cobertura devida é de 40 salários mínimos, tendo em vista que o salário, à época do pagamento, era de R\$ 465,00,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais), (docs anexos).

Entretanto, a Ré, seguradora responsável pelo pagamento, aproveitando-se da condição do Autor, que em razão da tragédia ocorrida e estando ainda fragilizado e impotente, em 26-08-2009, não efetuou o pagamento que lhe era devido, alegando falta de documentação, mesmo estando completa. **Importante salientar, que quando do envio da documentação em 11-09-2008 ocorreu a suspensão do prazo prescricional, conforme Súmula 09, Turma Recursal-RR. Desta forma a seguradora lesou o Postulante no momento em que ele e sua família mais necessitavam de auxílio (docs. anexos).**

DO DIREITO

DO PRAZO PRESCRICIONAL

O acidente ocorreu em **18-09-2005**, porém a documentação foi enviada em **11-09-2008**, suspendendo-se o prazo prescricional, em conformidade com a Turma Recursal dos Juizados Especiais de Roraima, vejamos:

" Súmula n.º 09 - DPVAT – PRESCRIÇÃO – INÍCIO. Prazo prescricional é contado da data em que ocorreu o acidente e suspende-se com a entrega da documentação na seguradora, nos termos da Súmula 229 do STJ. "

DO VALOR DEVIDO

A Lei nº 6.194/74, que regulamenta o seguro em referência, reza no seu art. 3º, alínea “a”, que a indenização por morte ou invalidez será no valor equivalente a 40 vezes o salário mínimo vigente, *verbis*:

"Art. 3o. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

a) - 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País - no caso de morte;"

A conversão de 40 salários mínimos à época do acidente, de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais), resulta em indenização de R\$ 18.600,00 (dezoito mil e seiscentos reais), o não pagamento demonstra flagrante equivocada “voluntariamente ou não”, a liquidação pela requerida, e o conseqüente pagamento.

A Turma Recursal dos Juizados Especiais de Roraima aprovou Súmulas que confirmam o patamar de 40 salários mínimos, vejamos:

" Súmula n.º 01 - DPVAT – VINCULAÇÃO SALÁRIO MÍNIMO É legítima a vinculação do valor da indenização do seguro DPVAT ao valor do salário mínimo, consoante fixado na Lei nº 6.194/74, não sendo possível modificá-lo por Resolução.

Notório a responsabilidade do pagamento do seguro a que tem direito o Autor, porque a seguradora deixou de observar preceito legal específico que lhe obrigava ao pagamento integral de 40 salários mínimos. Desta forma vislumbra-se, pois, o bastante fundamento do presente pleito de cobrança, devendo ser condenada a Ré a pagar ao Autor a indenização que lhe é devido, que corresponde a R\$ 18.600,00 (dezoito mil e seiscentos reais), acrescentando-se, ainda juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária com base no IPCA-E, adotado pelo eg. TJRR, ambos desde o dia em que não houve o pagamento até o dia do efetivo cumprimento da obrigação.

DA INVALIDEZ

Importante frisar que a lei determina a indenização por invalidez no valor máximo, sendo que para isso necessário o laudo pericial, que não necessita a aferição do grau de INVALIDEZ, conforme súmula da Turma Recursal dos Juizados Especiais de Roraima:

Súmula n.º 05 - DPVAT – GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ - Descabe cogitar acerca de graduação da invalidez permanente para fins de indenização do seguro DPVAT; havendo a invalidez, desimportando se em grau máximo ou mínimo, devida é a indenização no patamar de quarenta salários mínimos, ou do valor máximo vigente na data do sinistro.

Desta forma o laudo de exame de corpo de delito do IMOL (doc. anexo), apresentado pelo autor, comprova a invalidez apresentada nos fatos.

Súmula n.º 06 - DPVAT – COMPLEXIDADE - Inexiste complexidade de causa a afastar a competência do juizado especial quando os autos exibem prova da invalidez através de laudo oriundo de órgãos oficiais, como o INSS e o IMOL.

DO DANO MORAL

Inegável, outrossim, que com o ilícito praticado pela Requerida adveio resultado danoso ao Autor, consistente em sofrimento, angústia e humilhação, pois que no momento em que suportava gastos inesperados, foi enganado pela Requerida, que lhe indenizou com quantia menor do que a legalmente estipulada, tirando proveito do abalo psicológico que lhe dominava.

Na clássica definição de WILSON MELO DA SILVA, “in O Dano Moral e sua Reparação”, pág.11: “Danos morais são lesões sofridas pelo sujeito físico ou pessoa natural de direito em seu patrimônio ideal, em contraposição a

patrimônio material, o conjunto de tudo aquilo que não seja suscetível de valor econômico.”

Vejamos o que preleciona o ilustre doutrinador **Carlos Alberto Bittar**, em sua obra “Reparação Civil por Danos Morais”, 2ª ed., Editora Revista dos Tribunais:

“Constituem, desse modo, perdas, de ordem pecuniária ou moral, que alteram a esfera jurídica do lesado, exigindo a respectiva resposta, traduzida, no plano do direito, pela necessidade da restauração do equilíbrio afetado, ou compensação pelos traumas sofridos que na teoria em questão se busca atender. É que de bens espirituais e materiais necessitam as pessoas para a consecução de seus objetivos”.

De outro passo, como bem anota **MARIA HELENA DINIZ** em sua obra “Curso de Direito Civil Brasileiro”, pág.75: **“O dinheiro não terá na reparação do dano moral uma função de equivalência própria do ressarcimento do dano patrimonial, mas um caráter concomitantemente satisfatório para a vítima e lesados e punitivo para o lesante.”**

As conceituadas considerações são confirmadas e ratificadas nas jurisprudências de decisões de nossos Egrégios Tribunais de Justiça, como esta:

“INDENIZAÇÃO - Responsabilidade civil. Ato ilícito. Dano moral. Verba devida. Irrelevância de que esteja, ou não, associado ao dano patrimonial. Art. 5º, X, da CF. Arbitramento determinado. Art. 1.533 do CC. Recurso provido para esse fim. (TJSP - Ac 170.376-1 - 2ª C - Rel. Des. Cezar Peluso - J. 29.09.92) (RJTJESP 142/95)”.

Portanto, tendo a conduta ilícita da Requerida, causado ao Requerente excessiva lesão, pois a quantia que lhe foi arditosamente negada, teria servido também para pagamento de despesas médicas, hospitalares, de remédios, além de compensar, ao menos por alguns dias, a falta do sustento que trazia para o seio familiar como fruto de seu trabalho quando ainda sadio. Impende ressaltar ainda, até o fato do Autor, ter que hoje buscar seu direito no Judiciário enseja constrangimento.

Como se pode observar no caso em pauta, não se trata o dano moral ora requerido, a mera recusa ao pagamento da indenização em sua totalidade, mas sim, da dor, humilhação e angústia sentida pelo requerente em ter seu direito violado, principalmente pela profunda necessidade em que se encontrava e ainda se encontra o requerente.

Sendo assim, impõe-se a condenação também em reparar o abalo moral a que deu causa, mediante prestação pecuniária visando tanto compensar o Demandante, quanto punir a Demandada, inibindo assim, futuras espertezas da seguradora.

DO PEDIDO

Isso posto, requer-se:

- a) a citação da Requerida, em festejo à celeridade, pelo telefone (21) 2524-4464 ou pelo fax (21) 2524-6531, ou ainda, no endereço Rua México, 164 –sala 52- Centro – Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-143, para que querendo, responda aos termos desta ação, no prazo legal, sob as penalidades legais;
- b) seja julgado PROCEDENTE este pleito, com a condenação da Ré ao pagamento de R\$ 18.600,00 (dezoito mil e seiscentos reais), acrescidos de juros à base de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo IPCA-E, incidentes desde o ilícito praticado até o efetivo cumprimento da obrigação em razão do pagamento a menor do DPVAT;
- c) seja a Ré CONDENADA a pagar indenização pelos danos morais suportados, mediante quantia a ser arbitrada por Vossa Excelência, por ser medida de respeito ao ordenamento jurídico e de JUSTIÇA;
- d) os benefícios da justiça gratuita, em conformidade com a Lei nº 5.584/70 e 1.060/50, com redação que lhe deu a Lei nº 7.510/86, tendo em vista ser o Autor pobre na acepção do termo, conforme declaração de pobreza em anexo;
- e) Seja ainda a Ré condenada ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência.

Protesta provar o alegado por todos os gêneros probatórios permitidos em Direito, notadamente depoimento pessoal das partes, inquirição de testemunhas, juntada posterior de novos documentos, se necessário for, perícia, todas desde logo requeridas.

Dá-se a causa o valor R\$ 18.600,00 (dezoito mil e seiscentos reais).

Termos em que,

P. E. Deferimento.

Boa vista (RR), 2 de setembro de 2009.

Timóteo Martins Nunes

OAB/RR nº 503

PROCURAÇÃO

Outorgante: CLAUDEMIR ALVES DE SOUSA, Brasileiro, Solteiro, Autônomo, portador do RG Nº 118.089 SSP/RR e inscrito no CPF Nº 293.684.132-15, residente e domiciliado na Rua Campelo, Nº 248 Bairro Jóquei Clube nesta Capital. Tel.: (95) 3626-2277/8119-9432.

Outorgados: TIMÓTEO MARTINS NUNES, brasileiro, casado, advogado, OAB/RR sob o nº 503, localizado na Rua Risos do Prado, 600 – Pricumã – Boa Vista, tel. (95) 9971-4138, onde deverão receber intimações.

Poderes específicos: para representarem os outorgantes, concedendo-lhes clausula Geral de Foro, habitando-os, a praticarem todos aos atos do processo, propondo AÇÃO de indenização, em desfavor de, podendo atuar em qualquer instância, tribunal ou Juizado Especial, com poderes da clausula "**ad juditia**", podendo, pagar taxas, levantar importância e "alvarás", receber intimações, em fim dar plena e total quitação a empresa requerida, bem como realizar todo e qualquer ato que seja necessário ao cabal cumprimento do presente mandato particular, inclusive substabelecer.

Boa Vista-RR, 31 de agosto de 2009.


CLAUDEMIR ALVES DE SOUSA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICA

Claudemir alves de Sousa
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 118.089 2ª Via DATA DE EXPEDIÇÃO 11.11.1991

NOME CLAUDEMIR ALVES DE SOUSA

Aldir Sousa Rodrigues

FILIAÇÃO Maria Alves dos Reis Rod

Vitorino Freire-MA
NATURALIDADE

25.12.1966
DATA DE NASCIMENTO

Cert. Nasc. Nº 4.153, fls. 66, liv. 12
DOC ORIGEM Exp. Vitorino Freire-MA

OPF 293.684.132-15

Clodomir Carvalho Brito

11.11.1991

DECLARAÇÃO DE ENDEREÇO

Eu, Cláudio Alves de Sousa, abaixo assinado,

portador do RG 448.089 órgão emissor SSP/RR

data de expedição 11 / 11 / 1991, e do CPF 293 . 684 . 132 - 35,

Venho declarar que resido na Rua Campelo

n 248, complemento _____, bairro foguei Clube

Cidade: Boa Vista UF RR, CEP _____ - _____

Telefone: 366 - 2277 / 3119 - 9432

Boa Vista - RR, 31 de agosto de 2009.

Cláudio Alves de Sousa

Assinatura do Declarante

DECLARAÇÃO DE POBREZA

Eu **CLAUDEMIR ALVES DE SOUSA**, Brasileiro, Solteiro, Autônomo, portador do RG Nº 118.089 SSP/RR e inscrito no CPF Nº 293.684.132-15, residente e domiciliado na Rua Campelo, Nº 248 Bairro Jóquei Clube nesta Capital. Tel.: (95) 3626-2277/8119-9432.

DECLARO para que produza os devidos fins de direito que sou pobre na acepção do termo e que não posso arcar com as despesas do processo sem prejuízo de meu sustento.

Por ser verdade a declaração acima, firmo a presente.

Boa Vista (RR), 31 de agosto de 2009.



CLAUDEMIR ALVES DE SOUSA



SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE

GUIA DE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA

DATA DE ENTRADA			NÚMERO DE REGISTRO
MÊS	ANO	HORA	
18	09	05	183

25.12.66

01 IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE			
NOME		IDADE	SEXO
Claudemir Alves de Sousa			M
RUA / AVENIDA		COMPLEMENTO	
R. Camopelo		248	
BAIRRO	MUNICÍPIO	ESTADO	TELEFONE
Jaqueira Clube	BO	PA	
FILIAÇÃO	PAI	MÃE	

02 DO ACIDENTE
RESIDÊNCIA <input type="checkbox"/> VIA PÚBLICA <input type="checkbox"/> TRABALHO <input type="checkbox"/> TRÂNSITO <input type="checkbox"/> OUTROS <input type="checkbox"/>

03 DA ENTRADA NA EMERGÊNCIA
TRANSPORTADO <input type="checkbox"/> DE AMBULÂNCIA <input type="checkbox"/> REMOVIDO <input type="checkbox"/>

04 TIPO DE ACIDENTE
T. AUMÁTICO <input type="checkbox"/> QUEIMADURA <input type="checkbox"/> ENVENENAMENTO <input type="checkbox"/> CHOQUE ELÉTRICO <input type="checkbox"/> OUTROS (DESCREVER) <input type="checkbox"/>

05 SE ACIDENTE DO TRABALHO: ESPECIFICAR	
PROFISSÃO	OBSERVAÇÕES
DIA MÊS ANO HORA	

06 DOENÇA OCUPACIONAL
SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> QUAL (ESPECIFICAR)

07 INFORMAÇÕES DE RESPONSABILIDADE MÉDICA	
ESPECIALIDADE	Paciente vítima de acidente
RESUMO CLÍNICO	Acidente que não apresenta lesões corporais
EXAME FÍSICO	Verbal, anafórico, presente e ausente
EXAME COMPLEMENTARES SOLICITADOS (RESULTADO NO VERSO)	Exame físico e fonoaudiológico
PARECER DE OUTRAS UNIDADES (RESULTADO NO VERSO)	Exame físico e fonoaudiológico

DIAGNOSTICO	PROVAVEL	DEFINITIVO

08 DESTINO DO PACIENTE	
REMOVIDO PARA	INTERNO NO(A)

ALTA ☐ RESIDÊNCIA COM INSTRUMENTAÇÃO ☐ SE; AFASTADO POR ACIDENTE DO TRABALHO, QUANTOS DIAS? ☐

DATA RESPONSÁVEL PELA IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE CARIMBO E ASSINATURA DO MÉDICO

INFORMAÇÕES DE RESPONSABILIDADE MÉDICA

135 - faza de clarete (E), supra subliniat,
faza ~~este~~ i (D), punctul (E)
Ab. atipic si faza de clarete.
P# aspect ~~intins~~ distinctiv

meals & other
meals & other

OUTROS:

HOSPITAL GERAL DE RORAIMA
Rua Eduardo Gomes, s/n - Novo Planalto Tel. (095) 3263-2952
CIRURGICO REALIZADO AO
A.O.
Certifico e dou Fé Que a Presente Cópia é Fiel Reprodução do
Original que Foi apresentado neste Hospital.
Boa Vista-RR, 15 de 08 de 07
2004

[illegible]

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
GOLOMIA DE ALFAMBA DE TRANSMISSÃO

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº

0418

ANO:

2007

Realizado às

11/05

COMUNICANTE: CLAUDEMIR ALVES DE SOUSA

RG: 118089

O. EXP. SEPER. CPE: 001 004 123-15

PROFISSÃO COBRADOR

IDADE: 40

ENDEREÇO: RUA CAMPELO, 146

BAIRRO: JOQUEI CLUB

CIDADE: BOA VISTA

NACIONALIDADE: BRASILEIRA

SEXO: M

NATURALIDADE: VITORINO FREIRE

ESTADO: MA

DATA DE NASCIMENTO: 25/01/1967

GRAU DE INSTRUÇÃO: 1º GRAU INCOMPLETO

ESTADO CIVIL: SOLTEIRO(A)

TELEFONE: 9963-8123

Nº REG CNH: 031 347 32020

NOME DO PAI: ALDIR SOUSA RODRIGUES

NOME DA MÃE: MARIA DOS REIS RODRIGUES

Senhor Delegado,

Venho a presença de Vossa Senhoria para comunicar que aproximadamente às 19:05 de 12/09/2005 no bairro EURETIS a IMIGRANTES aconteceu o seguinte fato

Que conduzia a motocicleta Marca/Mod: 002807-HONDA/CG 150 TITAN KS, Ano Mod: 2004 Ano Fab: 2004 Cor: 15-VERMELHA, Placa: NAI9083/RR, Chassi: 9C2KC03104R009559 pela Rua Raimundo Pena Forte sentido bairro centro, quando no cruzamento com a Avenida dos imigrantes, colidiu com FIAT UNO de placa N4H-4724/RR que estava sendo conduzido pelo senhor ADAILTON DO NASCIMENTO SILVA. Houve pericia no local. O declarante sofreu lesão e ficou desacordado devido a violência do impacto, Que o declarante foi encaminhado ao pronto socorro do hospital geral de Roraima pelo resgate do corpo de bombeiros. Que veio registrar para fins de seguro DPVAT. Era o que tinha a declarar.

AUTENTICAÇÃO
Esta cópia contém com o original que me foi apresentado em cartório.
Boa Vista-RR 30/07/2008

ANTONIO PEREIRA MONTENEGRO
Delegado de Polícia Civil
020000056

NATUREZA DA OCORRÊNCIA: ACIDENTE COM DANOS MATERIAIS E LESÕES CORPORAIS

JOÃO RODRIGUES DA SILVA FILHO

Agente de Polícia

ClauDEMIR alves de souza

CLAUDEMIR ALVES DE SOUSA

Comunicante

Boa Vista 09/09/2007

DESPACHO

(FATO ATÍPICO, ARQUIVE-SE)

Trata-se de comunicação de um acidente pela qual o declarante sofreu lesões, Arquivar-se.

Delegado

DESPACHO

Delegado

DESPACHO

BU 09/09/07

Delegado
Eduardo Henrique Barroso
Delegado de Polícia



GOVERNO DE RORAIMA.
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA.
INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL – IML-RR
DR. JOSÉ BENIGNO DE OLIVEIRA.
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS".



LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO – LESÕES CORPORAIS nº 3.172/IML/RR/09
Destino: Delegacia de Acidentes de Trânsito

AUTORIDADE REQUISITANTE

- Delegado de Polícia Civil: **Leonardo da Cruz Barroncas**
- Requisição nº **587/09**, BO nº **0418/07**, datada em **27/05/09**

NOME: CLAUDEMIR ALVES DE SOUSA	
NACIONALIDADE: Brasileira	NATURALIDADE: Vitorino Freire/MA
IDADE: 42 anos	SEXO: Masculino
ESTADO CIVIL: União estável	COR: Parda
PROFISSÃO: Autônomo	TELEFONE: 8119 – 9432
FILIAÇÃO: Aldir Sousa Rodrigues e Maria Alves dos Reis Rodrigues	
ENDEREÇO: Rua: Campelo, Nº 248, Bairro Jóquei Clube	
DOCUMENTAÇÃO: RG nº 118.089 SSP/RR	
DATA/ HORA DO EXAME: 28/05/09 às 08 horas e 03 minutos	
Os PERITOS OFICIAIS abaixo, designados pelo Diretor do IML-RR, procederam ao referido exame, descrevendo com verdade todas as circunstâncias que encontrarem, descobrirem e observarem. Em consequência, passam a fazer o exame pericial e investigações necessárias.	

AUTENTICAÇÃO
Esta cópia confere com o documento original que me foi apresentado em cartório.
29/07/2009
ANTÔNIO PEREIRA MONTENEGRO
Escrivão de Polícia Civil
Mat. 042000056

HISTÓRICO

- Periciando relata ter sofrido acidente de motocicleta, que quebrou a clavícula e fratura em ombro direito. Relata que ocorreu sangramento em pulmão.

DESCRIÇÃO

- Cicatriz cirúrgica de 10 cm em ombro direito. Calo ósseo em clavícula esquerda. Limitação em movimentos de membro superior direito. Cicatrizes de 1 cm x 1 cm localizadas bilateralmente em região de hipocôndrio.

CONCLUSÃO

- Lesão causada por ação contundente, com perda de função de membro superior direito.

QUESITOS e suas RESPOSTAS

- 1º Há ofensa à integridade física ou a saúde? **HOUVE.**
- 2º Qual o instrumento ou meio que a produziu? **CONTUNDENTE.**
- 3º Foi produzido por meio de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou por meio insidioso ou cruel (resposta especificada)? **NÃO.**
- 4º Houve Perigo de vida? **PREJUDICADO.**
- 5º Resultou incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias? **SIM.**
- 6º Resultou incapacidade permanente para o trabalho, enfermidade incurável, debilidade permanente de membro, sentido ou função, aborto ou aceleração de parto ou deformidade permanente? **SIM, DEBILIDADE PERMANENTE DE FUNÇÃO DE MEMBRO SUPERIOR DIREITO.**

E por ser verdade digitei este laudo, que depois de revisado, será assinado pelos Peritos Oficiais e por mim: Aurilete da Silva e Silva:

Dr. William Jorge Fernandes Neves
MÉDICO LEGISTA
CRM 125

GUSTAVO FILLON D. FLORA
Odonto Legista
CRO 256/RP

IML

Av. Venezuela nº 2.083, Bairro Liberdade.
Tel. Geral (05) 2121-3400 Direção (05) 2121-3430





GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

RECEITUÁRIO

NOME: Cláudio A. de Souza

Remédio Prescrito:

Uso: Cláudio A. de Souza
de Souza, sofreu acidente
de trânsito, tendo
patrimônio da clavicula
esq., dissecção acromioclavicular, 2º e 3º graus,
fratura de fêmur.

Foi submetido a ci-
rurgia na orelha do
intelecto de dissecção.

DATA:

ASSINATURA E CARIMBO

com o mesmo clausulado
e drenado os hematomas
direito e esquerdo. A
fratura da clavícula
esquerda foi tratada
com aparelho fixador.
(Tratamento conservador)
Apresenta limitação
de abdução do M.D., dor
ao movimento de o-
mbro D.I.

Dr. Carlos Alberto Neves
ORTOPEDISTA
CRM-RR 80

25
09
07

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO E SINISTRO DPVAT

Nº DO SINISTRO 2008/355870

EU, CLAudemir ALVES DE SOUSA PORTADOR(A) DO

RG Nº 118.089 EXPEDIDO POR _____, EM DATA _____

CPF 29362413215 / CNPJ _____

NA QUALIDADE DE FAVORECIDO (A) / BENEFICIÁRIO (A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT DA VÍTIMA

CLAudemir ALVES DE SOUSA AUTORIZA

SEGURADORA BRS SEGUROS A EFETUAR O RESPECTIVO

CRÉDITO, DE ACORDO COM A FORMA ABAIXO INDICADA:

1. ☐ CRÉDITO EM CONTA CORRENTE :

Nº BANCO _____ Nº AGÊNCIA _____ C/C _____

2. ☒ CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DO BANCO BRADESCO

Nº BANCO 237 Nº AGÊNCIA 01383 C/P 0510132-8

3. ☐ CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DO BANCO DO BRASIL

Nº BANCO 001 Nº AGÊNCIA _____ C/P _____

4. ☐ CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DO BANCO ITAÚ

Nº BANCO 341 Nº AGÊNCIA _____ C/P _____

5. ☐ CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Nº BANCO 104 Nº AGÊNCIA _____ C/P _____

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE.

UMA VEZ EFETUADO O CRÉDITO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO DO SINISTRO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ACIMA DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITAÇÃO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

Boa Vista-RN 11-09-2008
LOCAL / DATA

Clademir alves de souza
ASSINATURA DO FAVORECIDO (A) / BENEFICIÁRIO (A)

Imprimir

Fechar

processos

De: **Mariana Nogueira Salgado Cianelli de Oliveira** (marianacianelli@ig.com.br)

Enviada: quarta-feira, 26 de agosto de 2009 18:52:01

Para: telvia@click21.com.br; edsonsantiago (edsonsantiago@click21.com.br); Kael
(kaelitajuba@click21.com.br); Dioleno Nóbrega Silva (dioleno_ssilva@hotmail.com)

Boa tarde, gostaria de passar pendência da fenaseg:

Antonia Soares de Sousa - 2009/241300

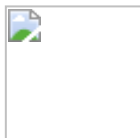
"Relatório de tratamento/internamento com os tratamentos clinicos, cirurgicos, fisioterapicos, e a alta definitiva"

Claudemir Alves de Sousa - 2008/355870

"Apresentar a complementação da documentação medica relativa ao atendimento/ internação/ tratamento da vitima durante o período compreendido entre a data do acidente e a data definitiva"

Att

MARIANA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RORAIMA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE BOA VISTA
4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BOA VISTA - PROJUDI -

Processo: 010.2009.912.566-7

Autor: CLAUDEMIR ALVES DE SOUZA

Ré: BCS SEGUROS

SENTENÇA

Tratam os autos de ação de cobrança de seguro obrigatório – DPVAT, manejada por Claudemir Alves de Souza em desfavor da BCS SEGUROS S/A em razão de acidente automobilístico que acarretou sua incapacidade permanente. Pleiteia o autor o montante de R\$ 18.600,00 a título de pagamento do seguro bem como indenização por danos morais. Para tanto, aduz que nada recebeu, já que alegou a empresa ré a falta da documentação necessária ao pagamento recebeu apenas R\$ 3.037,50, enquanto que, por força do disposto no art. 3º, “b” da Lei 6.194/74, deveria ter recebido R\$ 18.600,00, tendo em vista o valor do salário mínimo (R\$ 465,00) à época do ajuizamento da ação (02/09/2009).

Em sua contestação, a requerida argüiu, preliminarmente, a prescrição do direito de ação, a incompetência do juízo face necessidade de produção de prova pericial e ilegitimidade passiva. No mérito, aduziu, em síntese, pagamento administrativo proporcional ao grau da incapacidade do autor, nos termos das resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados, o qual possui competência para regular o assunto; impossibilidade de vincular a indenização aos salários mínimos; a quitação irrevogável dada pelo autor no momento que aceitou o recebimento parcial do seguro e, por fim, que os danos morais não foram caracterizados e que a correção monetária deve incidir a partir do ajuizamento da demanda e os juros a partir da citação.

Inicialmente, rejeito as preliminares. Não vislumbro complexidade de causa a afastar a competência dos Juizados Especiais; tampouco é caso de ilegitimidade passiva. Tais matérias já foram, inclusive, sumuladas pela Turma Recursal desta Comarca (**Súmulas nºs 06 e 04**).

Também não restou prescrita a ação. Dos documentos juntados aos autos, verifica-se que o acidente deu-se em 18/09/2005, tendo o autor entrado com o pedido administrativo junto à empresa ré na data de 11/09/2008, sete dias antes, portanto, do encerramento do lapso prescricional que é de 03 anos. A partir daquele momento, o prazo prescricional ficou suspenso, conforme **Súmula nº 09 da Turma Recursal e Súmula 229 do STJ**. Com a resposta da ré no procedimento administrativo, em

26/08/2009, o prazo voltou a fluir e só se esgotaria no dia 04.09.2009, mas a presente demanda foi ajuizada no dia 02/09/2009.

No mérito, analisando detidamente o conteúdo do processo, vejo que o pedido merece parcial deferimento.

Todos os argumentos da requerida são contrários ao posicionamento reiterado deste juízo, bem como ao entendimento sumulado da Turma Recursal do Estado de Roraima. Vejamos:

Descabida é a graduação da invalidez permanente para fins de indenização (**Súm. 05**), não restando razões para discutir a competência da SUSEP e do CNSP para regulamentar a matéria, pois inválidas serão todas as disposições contrárias à lei e à Constituição Federal; em virtude da data do sinistro (18/09/2005), a indenização securitária deve ser regida pelo texto original da Lei 6.194/74, sem as alterações proporcionadas pelo advento da Lei 11.482/07 (**Súm. 02**), devendo seu valor ser aferido pelo quantum dos salários mínimos à época do ajuizamento da ação (**Súm 07**), vinculação esta plenamente legítima (**Súm. 01**); a quitação não possui caráter irrevogável como alegado, não abrangendo o direito à complementação da indenização (**Súm. 03**).

In casu, verifica-se que a indenização securitária deve atender ao valor máximo fixado pelo artigo 3º, “b”, da Lei 6.194/74, correspondendo a R\$ 18.600,00, tendo em vista que atualmente o salário mínimo está valendo R\$ 465,00. Visto que o autor nada recebeu, deve a empresa ré efetuar o pagamento do valor integral da indenização a qual deverá ser corrigida desde a prolação desta sentença e acrescida de juros legais a contar da data da citação.

Já a indenização decorrente de suposto dano moral pelo pagamento parcial do seguro, não merece prosperar, consoante reiteradas decisões deste Juízo e da Turma Recursal, seguindo, aliás, o enunciado 108 do FONAJE.

Posto isso, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE a demanda, para condenar a empresa ré, **BCS SEGUROS S/A**, a pagar ao autor, **CLAUDEMIR ALVES DE SOUZA**, a quantia de **R\$ 18.600,00 (dezoito mil e seiscientos reais)** a título de indenização do seguro obrigatório – DPVAT, devidamente corrigida e acrescida de juros legais a contar da citação. Em consequência, fica resolvido o mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil.

Determino, desde já, a intimação da ré para cumprir a presente decisão, no prazo de 15 (quinze) dias a contar de seu trânsito em julgado, sob pena de ser acrescida à condenação multa de 10% (dez por cento), nos termos do artigo 475-J e execução forçada.

Já o autor deverá estar ciente de que eventual execução desta sentença dependerá de sua manifestação expressa.

Sem custas e sem honorários advocatícios.

P.R.I.

Boa Vista, 30 de novembro de 2009.

(processo virtual – assinado digitalmente)

Antônio Augusto Martins Neto

Juiz de Direito